

Demonstrações

Contábeis

Exercício

2011

FINEP

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – FINEP

NOTAS EXPLICATIVAS RELATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2011

(Valores expressos em Reais Mil)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP é uma empresa pública de direito privado, vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação - MCTI e regida pelo estatuto aprovado pelo Decreto n.º 1.808 de 07/fev/96, alterado pelo Decreto n.º 2.209, de 18/abr/97, e Decreto n.º 2.471, de 26/jan/98.

Seu objetivo é apoiar estudos, projetos e programas de interesse para o desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico do país, tendo em vista as metas e prioridades setoriais estabelecidas nos planos do Governo Federal.

Exerce também as funções de Secretaria Executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT.

Pode ainda exercer a administração de outros fundos instituídos pelo Governo, nas condições que forem estabelecidas, mediante ato do Poder Executivo, além de outras atribuições conexas com as suas finalidades.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Os registros contábeis são efetuados de acordo com o Plano de Contas da União, por intermédio do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI. As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas nas Leis n.ºs 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09, incluindo os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Regime Contábil

O regime contábil adotado pela entidade é o da competência.

b) Direitos e Obrigações em Moeda Estrangeira

Os direitos e as obrigações em moeda estrangeira são ajustados às taxas cambiais em vigor na data do encerramento do exercício.

c) Correção Monetária

As contas passíveis de correção monetária foram atualizadas até 31/dez/95, já que a Lei nº 9.249 de 26/dez/95 extinguiu a correção monetária de balanço a partir de 1996, para fins societários e fiscais.

d) Créditos e Obrigações por Empréstimos e Financiamentos

Estão acrescidos dos respectivos rendimentos e encargos financeiros acumulados, assim como variações monetárias e cambiais a que estão sujeitos, em conformidade com índices, taxas cambiais e condições contratuais.

e) Ativo Fiscal Diferido

Em 31/dez/11, a Finep reconheceu em seu ativo, parte do imposto de renda e a contribuição social diferidos, no montante de R\$ 6.149 mil (R\$ 41.939 mil em 2010, sendo R\$ 40.000 mil sobre prejuízos fiscais e bases negativas de exercícios anteriores e R\$ 1.939 sobre provisões para contingências trabalhistas), sendo todo o montante referente à prejuízos fiscais e bases negativas de exercícios anteriores. Tal montante refere-se à expectativa de realização futura deste crédito fiscal com lucros tributáveis nos próximos dez exercícios sociais. Durante o exercício de 2011 foram realizados R\$ 16.209 mil dos créditos fiscais reconhecidos em exercícios anteriores.

A RES/DIR/0357/11 autorizou, com base em estudo técnico em acordo com as Instruções Normativas CVM nº 273 de 1998 e nº 371 de 2002, a constituição de ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais e bases negativas de exercícios anteriores.

f) Provisão para Devedores Duvidosos

1- A constituição da provisão para perdas sobre os financiamentos concedidos quanto à dedutibilidade das perdas no recebimento dos referidos créditos está fundamentada na Lei nº 9.430, de 27/dez/96, em seus artigos 9º e 12º. A referida provisão totalizou em 31/dez/11 o valor de R\$102.541 mil (R\$ 100.144 mil em 2010). No exercício de 2011, foi realizada a reversão de créditos vencidos há mais de 5 anos sem que tenha havido a sua liquidação, conforme §2º do inciso 4º do artigo 10º da lei acima citada, no montante de R\$ 3.410 mil (R\$ 1.416 mil em 2010).

2- Também foi constituída a provisão para Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD, conforme Resolução de Diretoria nº 356/2011 e memorando do Departamento de Recuperação de Crédito nº 092/2011. A referida provisão totalizou em 31/dez/11 o valor de R\$ 956 mil.

g) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, acrescido de correção monetária até 31/dez/95.

h) Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição, acrescido de correção monetária até 31/dez/95 e de reavaliação espontânea e de custo atribuído (deemed cost), ajustado por depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil, fixado por espécie de bens, como segue:

- Imóveis	2% a.a.
- Móveis e utensílios	10% a.a.
- Equipamentos de escritório	10% a.a.
- Veículos	20% a.a.
- Equipamentos de processamento de dados	20% a.a.

i) Intangível

Está demonstrado ao custo de aquisição, acrescido de correção monetária até 31/dez/95, ajustado pela amortização acumulada, quando aplicável, calculada pelo método linear, a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil correspondente a 20% a.a. e de recuperação econômica, fixada por espécie de bens.

j) Provisão para Férias

Foi constituída com base nos direitos adquiridos pelos funcionários até a data do balanço, acrescida dos respectivos encargos sociais.

k) Imposto de Renda e Contribuição Social

Esses impostos são calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações contábeis. Os impostos diferidos são reconhecidos em função das diferenças temporárias e prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, quando aplicável.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 15% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

4. DISPONIBILIDADES

<u>DESCRIÇÃO</u>	<u>DEZ/2011</u>	<u>DEZ/2010</u>
Banco em moeda nacional	16	2
Banco em moeda estrangeira	-	-
Fundo de aplicação extra-mercado	1.318.709	651.916
Limite de saque com vinculação de pagamento	267.846	1.134
<u>TOTAL</u>	<u>1.586.571</u>	<u>653.052</u>

5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

<u>DESCRIÇÃO</u>	<u>DEZ/2011</u>	<u>DEZ/2010</u>
Financiamentos concedidos	768.533	583.755
Juros pró-rata s/ financiamentos	17.751	15.846
Encargos s/ empréstimos e financiamentos	6.805	3.244
Provisão para Perdas Estimadas	(956)	-
<u>TOTAL</u>	<u>792.133</u>	<u>602.845</u>

6. OUTROS CRÉDITOS

<u>DESCRIÇÃO</u>	<u>DEZ/2011</u>	<u>DEZ/2010</u>
CRÉDITOS POR CESSÃO DE PESSOAL	<u>2.567</u>	<u>5.804</u>
. Créditos a receber por cessão de pessoal	1.668	1.767
. Provisão para crédito de cessão de pessoal	(1.201)	(1.201)
. Créditos a receber – folha de pagamento	2.100	5.238
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR	<u>14.022</u>	<u>15.737</u>
. IRPJ a recuperar	11.573	10.899
. Contribuições a recuperar	2.449	4.838
OUTROS	<u>2.042</u>	<u>94</u>
. Desfalques ou desvios	94	94
. Taxa de administração FUNTTEL	1.948	-
<u>TOTAL CIRCULANTE</u>	<u>18.631</u>	<u>21.635</u>

(CONTINUA)

<u>DESCRIÇÃO</u>	<u>DEZ/2011</u>	<u>DEZ/2010</u>
OUTROS	<u>4.849</u>	<u>169</u>
. Depósitos judiciais (ações trabalhistas)	4.849	169
CRÉDITOS ESPECÍFICOS	<u>25.471</u>	<u>25.471</u>
. Risco cambial	25.471	25.471
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	<u>104.225</u>	<u>114.284</u>
. IRPJ diferido	65.146	71.433
. CSLL diferido	39.079	42.851
<u>TOTAL NÃO CIRCULANTE</u>	<u>134.545</u>	<u>139.924</u>

Com base na Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN, de nº066/68, está sendo computada a quantia de R\$ 25.471 mil a débito do Tesouro Nacional, correspondente à recuperação do risco cambial. A FINEP há anos tenta se ressarcir e continua mantendo negociações nesse sentido.

7. INVESTIMENTOS

<u>DESCRIÇÃO</u>	<u>DEZ/2011</u>	<u>DEZ/2010</u>
Cotas do FND	60.362	90.330
Bens não destinados a uso	2.439	2.439
<u>TOTAL</u>	<u>62.801</u>	<u>92.769</u>

No exercício de 2011, foi reconhecida perda de R\$ 33.652 mil com autorização através da RES/DIR/0357/11, em função da Lei nº 12.431 de 24 de junho de 2011, que em seu artº 23, extingue o Fundo Nacional de Desenvolvimento e determina que a União sucederá o FND nos seus direitos e obrigações.

8. IMOBILIZADO

Em observância a Resolução CFC nº 1.177/09 (NBC T 19.1 / CPC 27), o quadro abaixo demonstra a conciliação do valor contábil no início e no final do período apresentando as adições, depreciações e outras alterações no período.

Movimentação do Ativo Imobilizado - 31/12/2010 à 31/12/2011

Código	Descrição	Saldo 31/12/2010	Adições	Baixas	Transferências	Saldo 31/12/2011
142110300	Terrenos	20.318	1.685	-	-	22.003
142110600	Salas e Escritórios	53.641	-	-	-	53.641
142118800	CM Compl.Lei 8200/91	11.162	-	-	-	11.162
142119100	Obras em Andamento	748	1.251	-	-	1.998
142120600	Aparelhos Comunicação	336	298	14	-	620
142122600	Instrumentos Musicais	14	-	-	-	14
142123400	Máquinas e Equipamentos	888	81	7	-	962
142123500	Equip. Proc. Dados	3.095	238	277	-	3.056
142123600	Instal.Utens.Escritório	41	-	2	-	39
142124200	Mobiliário em Geral	2.716	239	24	-	2.931
142125200	Veículos Tração Mecânica	98	-	68	-	30
142128800	CM Compl.Lei 8200/91	97	-	10	-	87
142900000	Depreciação	(21.754)	(1.569)	399	-	(22.294)
	S O M A	71.400	2.223	800	-	73.620

As contas de terrenos e de salas e escritórios (edificações) são apresentadas pelo custo de aquisição acrescido dos efeitos da mais valia, resultado do custo atribuído (deemed cost), em conformidade com o Pronunciamento Técnico 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado emitidos pelo CPC.

Na análise da aplicação do CPC 01 “Redução ao Valor Recuperável de Ativos” e CPC 27 “Imobilizado”, foi entendido que devido às características dos bens utilizados nas operações da FINEP, exceto os terrenos e salas e escritórios (edificações) para os quais foi aplicado o custo atribuído, conforme citado anteriormente, a prática contábil deveria ser mantida em relação às taxas de depreciação, inexistindo sinais de que seus custos registrados sejam superiores aos seus valores de recuperação. Portanto entende-se que não haverá valor residual ao final do tempo de vida útil dos ativos e que não há necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A relação de ativos dados em garantia está evidenciada em sistema próprio da entidade e representam um custo de aquisição de R\$ 8.516 mil.

9. INTANGÍVEL

Composto em quase sua totalidade por software registrado pelo custo de aquisição, com vida útil definida em 60 meses e respectiva amortização de 20% ao ano.

Em observância a Resolução CFC nº 1.139/08, o quadro abaixo demonstra a conciliação do valor contábil no início e no final do período apresentando as adições, amortizações e outras alterações no período.

Movimentação do Ativo Intangível - 31/12/2010 à 31/12/2011

Código	Descrição	Saldo 31/12/2010	Adições	Baixas	Transferências	Saldo 31/12/2011
143300000	Projetos e Softwares	1.149	-	-	(1.149)	-
143900000	Amortizações	(970)	(9)	-	979	-
144100000	Softwares	-	4	-	1.149	1.153
144200000	Marcas e Patentes	0	-	-	-	0
144400000	Conc. uso Comunicação	112	-	-	-	112
144900000	Amortizações	-	(90)	-	(979)	(1.068)
	S O M A	291	(94)	-	-	196

10. RECEITAS

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. Quanto a conciliação entre a receita divulgada na demonstração do resultado e a registrada para fins tributáveis do Imposto de Renda, a única diferença, evidenciada no LALUR – Livro de Apuração do Lucro Real, é a receita com créditos tributários da Contribuição Social Diferida sobre o Lucro Líquido que totalizam, em 31/dez/11, o montante de R\$ 2.421 mil.

11. REALIZAÇÃO DO CUSTO ATRIBUÍDO

O efeito no resultado do exercício, oriundo de depreciações do custo atribuído (deemed cost), foi na ordem de R\$ 764 mil e a movimentação da conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial está evidenciada na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

A realização e consequente tributação do saldo da referida conta, pelo imposto de renda e contribuição social, dão-se à medida que ocorrem os fatos previstos pela legislação pertinente. Portanto, os valores mantidos nessa conta estão sujeitos a tributação futura.

12. OBRIGAÇÕES POR REPASSES

As obrigações por repasses no País são demonstradas como segue:

<u>DESCRIÇÃO</u>	<u>DEZ/2011</u>	<u>DEZ/2010</u>
FAT	1.012.896	1.043.237
Empréstimos internos	25.211	14.907
<u>TOTAL CIRCULANTE</u>	<u>1.038.107</u>	<u>1.058.144</u>
Empréstimos internos	3.319.030	1.376.801
<u>TOTAL NÃO-CIRCULANTE</u>	<u>3.319.030</u>	<u>1.376.801</u>

A Finep mantém um programa com o Ministério do Trabalho e Emprego com o apoio financeiro do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, que visa o financiamento de projetos previamente selecionados pela empresa e aprovado pelo MTE. Os financiamentos são direcionados para segmentos específicos da economia, capazes de promover ações modernizantes e estruturais, destacando-se os aspectos indutores de inovações, transformações e reestruturações produtivas.

O saldo devedor junto ao MTE/FAT em 31/dez/11 totaliza um montante de R\$ 1.012.896 mil.

O valor recebido do FNDCT referente à equalização de juros dos financiamentos já contratados foi atualizado em 31/dez/11 para R\$ 365.137 mil (R\$ 350.377 mil em 2010), o montante depositado para investimento em empresas emergentes em R\$ 129.014 mil (R\$ 145.909 mil em 2010), o de garantia de liquidez em R\$ 25.528 mil (R\$ 23.405 mil em 2010), o de aplicação em fundos de investimentos em R\$ 125.478 mil (R\$ 106.785 mil em 2010) e o de retorno de investimentos em fundos em R\$ 20.398 mil (R\$ 1.537 mil em 2010).

As obrigações por repasses do Exterior se referem ao Clube de Paris, sendo representado por R\$ 20 mil no circulante (R\$ 23 mil em 2010) e R\$ 225 mil no Não Circulante (R\$ 214 mil em 2010).

As características das obrigações são demonstradas como:

<u>DESCRIÇÃO</u>	<u>MOEDA</u>	<u>VCTO.</u>	<u>TAXA DE JUROS</u>	<u>DEZ/2011</u>	<u>DEZ/2010</u>
Mercado interno					
FNDCT	Real	**	TJLP	2.138.809	1.341.703
FUNTTEL (1º emprést.)	Real	set/36	TR	50.609	50.005
FUNTTEL (2º emprést.)	Real	set/36	TR	50.113	-
BNDES AUTOMÁTICO	Real	dez/19	TJLP + 1%	102.489	-
BNDES EMPRÉSTIMO	Real	dez/21	TJLP + 1%	1.002.219	-
<u>TOTAL</u>				<u>3.344.239</u>	<u>1.391.708</u>
Mercado externo					
Clube de Paris	Euro	dez/24	8,25% a.a.	225	237
<u>TOTAL</u>				<u>225</u>	<u>237</u>

** A amortização dos empréstimos do FNDCT são:

(1º emprést. 12/2011 a 12/2021) – (2º emprést. 08/2012 a 08/2022) – (3º emprést. 06/2013 a 06/2023)
 (4º emprést. 03/2014 a 03/2024) – (5º emprést. 12/2014 a 06/2029) – (6º emprést. 03/2015 a 09/2029)
 (7º emprést. 09/2015 a 03/2030) – (8º emprést. 05/2016 a 11/2030) – (9º emprést. 12/2016 a 06/2031)
 (10º emprést. 12/2016 a 06/2031).

O montante dos recursos recebidos por linhas de crédito obtidas, mas ainda não utilizados, disponíveis para futuras liberações de financiamentos, monta em 31/dez/11 o total de R\$ 270.828 mil, sendo R\$ 244.700 do FNDCT (recursos recebidos em 30/dez/11) e R\$ 26.128 mil do FUNTTEL.

13. CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS

Com base no parecer jurídico da AJUR, através dos MEMOS 122/2011 e 024/2012 e com respaldo da RES/DIR/0357/11, a provisão sobre o passivo trabalhista, em 31/dez/11, foi mantida em R\$ 129.457 mil.

14. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

O imposto de renda e a contribuição social diferidos apresentaram em 2011, respectivamente, a realização de R\$ 10.130 mil (R\$ 5.814 mil em 2010) e R\$ 6.078 mil (R\$ 3.497 mil em 2010) sobre prejuízos fiscais e base negativa. Suas atualizações foram autorizadas pela RES/DIR/0357/11 e montam R\$ 3.843 mil (R\$ 25.000 mil em 2010) para o imposto de renda e R\$ 2.306 mil (R\$ 15.000 mil em 2010) para a contribuição social.

<u>IMPOSTO E CONTRIBUIÇÃO DIFERIDOS</u>	<u>DEZ/2011</u>	<u>DEZ/2010</u>
ATIVO		
IRPJ	65.146	71.433
Prejuízos Fiscais	39.149	45.436
Diferenças Temporárias	25.997	25.997
CSLL	39.079	42.851
Base Negativa	23.481	27.253
Diferenças Temporárias	15.598	15.598
TOTAL	104.225	114.284
PASSIVO		
IRPJ	14.025	14.216
CSLL	8.415	8.529
TOTAL	22.440	22.745
 <u>IMPOSTO E CONTRIBUIÇÃO A RECUPERAR</u>	 <u>DEZ/2011</u>	 <u>DEZ/2010</u>
IRPJ	11.572	10.899
CSLL	2.449	4.838
TOTAL	14.021	15.737

CONTROLE DO PREJUÍZO FISCAL E BASE NEGATIVA

ANO CALENDÁRIO	IRPJ	CSLL
	PREJ. FISCAL (-) Prej. / (+) Comp.	BASE NEGATIVA (-) Prej. / (+) Comp.
2002	(469.726)	(469.543)
2003	(5.062)	(4.775)
2004	5.486	5.571
2005	(1.703)	(1.412)
2006	8.333	8.420
2007	12.760	12.952
2008	1.959	2.071
2009	3.336	3.448
2010	23.257	23.313
2011	40.522	40.522
SALDO	(380.839)	(379.435)

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Conforme autorização concedida por meio do Decreto nº 7.322, de 30/set/10, o capital social integralizado da Finep é R\$ 901.552 mil, representado por 300.000.000 de ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

b) Reserva de Capital

Reserva constituída em exercícios anteriores a 2008 representando o saldo de doação recebida.

c) Reserva de Reavaliação

Reserva constituída em exercícios anteriores cuja realização foi concluída em 2010, com a exceção da parte relativa aos terrenos.

d) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Representa o valor líquido de imposto e de realização do custo atribuído (deemed cost) aplicado sobre as contas de terrenos e salas e escritórios (edificações), em conformidade com o Pronunciamento Técnico 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado emitidos pelo CPC.

e) Reserva Legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido ajustado não excedendo a 20% do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

f) Lucros a Destinar

Representa o saldo dos lucros dos exercícios que será destinado após a deliberação a ser estabelecida em Assembléia Geral.

g) Dividendos e Participação dos Empregados

A FINEP apresentou um lucro líquido no exercício de 2011 no montante de R\$ 85.656 mil (R\$ 82.808 mil em 2010) elevando o seu Patrimônio Líquido para R\$ 1.102.257 mil.

Foi destinado o montante de R\$ 20.452 mil (R\$ 19.805 mil em 2010) a título de dividendos a pagar ao Tesouro Nacional, conforme o inciso II do artigo 30 do seu Estatuto Social.

Os dividendos a pagar correspondem a R\$ 68,17 (R\$ 66,02 em 2010) por lote de mil ações do capital social final.

De acordo com a legislação vigente, foi reservado o montante de R\$ 5.354 mil (R\$ 5.770 mil em 2010) a título de participação dos empregados sobre o lucro do exercício.

Demonstrativo da Destinação do Resultado do Exercício Social

	<u>DEZ/2011</u>	<u>DEZ/2010</u>
(=) Lucro Líquido do Exercício	85.656	82.808
(+) Reserva de Reavaliação Realizada	-	204
(-) IRPJ sobre Reavaliação Realizada	-	51
(-) CSLL sobre Reavaliação Realizada	-	31
(+) AAP realizado	764	764
(-) IRPJ sobre AAP Realizado	191	191
(-) CSLL sobre AAP Realizado	<u>115</u>	<u>115</u>
(=) Base para Destinações	86.115	83.389
(-) Reserva Legal	<u>4.306</u>	<u>4.169</u>
(=) Base para Dividendos	81.809	79.219
(x) Alíquota	25%	25%
(=) Dividendos Obrigatórios	<u>20.452</u>	<u>19.805</u>
(=) Saldo Remanescente a Destinar	<u>61.357</u>	<u>59.414</u>

16. FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - FIPECq

A Finep é co-patrocinadora da FIPECq – Fundação de Previdência Privada dos Empregados da Finep, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA. Seu principal objetivo é completar os benefícios previdenciários, concedidos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, para os funcionários de sua patrocinadora Finep e a própria FIPECq.

A FIPECq tem planos de benefícios definidos e regime atuarial de capitalização para financiamento desses benefícios.

As patrocinadoras devem assegurar a FIPECq, quando necessário, recursos destinados à cobertura de eventuais insuficiências técnicas reveladas pelo plano de custeio, conforme estabelecido no estatuto da Fundação, consoante legislação vigente.

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC nº 33 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovada pela deliberação CVM nº 600, de 07/out/09, a Finep contratou a Jessé Montello Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda., que emitiu laudo atuarial datado de 09/mar/12, informando não haver passivo atuarial a ser reconhecido pela Finep em 31/dez/11.

17. COBERTURA DE SEGUROS

A Finep possui cobertura de seguros para seus automóveis, com menos de dez anos de uso e para as suas edificações, contratados nas seguintes modalidades:

TIPO DO SEGURO	BENS SEGURADOS
Colisão, incêndio e roubo	Veículos
Incêndio, raio, explosão e danos elétricos	Edificações

 Glauco Antônio Truzzi Arbix
 Presidente
 CPF – 518.652.118-34

 João Alberto de Negri
 Diretor
 CPF – 620.169.979-15

 Fernando de Nielander Ribeiro
 Diretor
 CPF – 627.437.597-04

 Roberto Vermulm
 Diretor
 CPF – 758.889.048-72

 Ruben Silveira Mello Filho
 Contador-CRC-RJ 056.592/O-7
 CPF - 598.262.907-34